

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLs):
uma visão estratégica**

Julio Candido de Meirelles Junior ¹

RESUMO

A proposta de pesquisa é descrever e analisar os arranjos produtivos locais (APLs), no Brasil e explicitar a importância de políticas públicas para o setor, principalmente envolvendo os aspectos socioambientais discutidos em 2012 na agenda da Conferência Rio + 20, onde a discussão de sustentabilidade ambiental evidencia uma busca de novos meios e políticas direcionadas para um desenvolvimento econômico e social de forma sustentável, conservando os recursos ambientais. Explicar importância das políticas públicas e seu reatamento no território em relação às políticas para as APLs no Brasil e de que forma algumas entidades subnacionais (Estados e Municípios) tem conduzindo esta questão em suas ações de curto, médio e longo prazo.

PALAVRAS-CHAVE: ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS. POLÍTICAS PÚBLICAS. SUSTENTABILIDADE. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. ARTICULAÇÃO POLÍTICA. COMPORTAMENTO SOCIAL

¹ Professor da Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciências Contábeis. RJ; Doutorando da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Brasil, no Programa de Pós graduação Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária - PPGCTIA, na linha de pesquisa de Políticas Públicas;

INTRODUÇÃO

Mudanças radicais no comportamento social e profissional na atualidade vêm exigindo posturas diferenciadas e ações impactantes dos governos em suas políticas públicas, para proporcionar o desenvolvimento inovativo e a sua difusão, de forma que exista um desenvolvimento social de forma equilibrada e autossustentável (CASTELLS, 1999).

O período atual é de intensa transformação e o direcionamento mundial no processo de globalização faz com que as empresas se estruturam de forma a ampliar e tornar mais complexas suas operações para que possam produzir de maneira mais competitiva e vender seus bens e serviços num mercado mais aberto e ampliado (PRESSER, 1995).

Os países por sua vez, tentam buscar de forma constante e equilibrada a sua estabilização financeira em suas contas, os mercados estão mais abertos, a competitividade diz respeito às exportações e ao enfrentamento das importações no mercado doméstico e a capacidade para inovar a principal arma para a competitividade das empresas (no longo prazo, pois o curto prazo pode-se mexer no câmbio ou contar com financiamentos, dentre outras medidas) e países. A globalização coloca desafios aos governantes nas áreas de qualificação dos seus recursos humanos e na tecnologia, que são fatores chave para o desenvolvimento.

Os Estados incentivam e apoiam as aglomerações empresariais ou arranjos produtivos locais (APLs) pela sua importância, social, financeira e estratégia evidenciando o seu papel na potencialização dos resultados das empresas que as integram.

Brito (2000) explica que essas aglomerações contribuem para o desenvolvimento regional por gerarem benefícios sociais, com base no surgimento de um conjunto de serviços e fornecedores em âmbito local. Outro fator relevante é o fato de uma grande parcela desse aparato ser composto por micro e pequenas empresas que têm sua posição competitiva reforçada ao privilegiarem relacionamentos de cooperação nos APLs.

Segundo Monteiro (2003) com o advento da globalização, e conseqüentemente a acirrada competição de mercados, as empresas buscam fatores que as diferenciem das demais, e tendem a trazer inovações em busca de sua sobrevivência no mercado, a melhoria de seu lucro e posicionamento no ranking nacional ou mesmo internacional, sendo que o conhecimento tecnológico irá determinar o seu nível de competitividade no mercado, evidenciando que a empresa deve estar em uma busca constante de aprimoramento tecnológico para se manter no posicionamento e se quiserem almejar mudanças de posição.

Nesse aspecto onde a inovação é definida como a capacidade de administrar o conhecimento para gerar vantagens competitivas mediante a produção de novos bens, processos e sistemas organizacionais é fundamental a constituição de APLs consistentes, bem como uma análise comparativa dos processos de governança compartilhada para que se possa melhorar a sua capacidade, seu rendimento e produtividade.

O desenvolvimento de produtos se tornou, junto com a possibilidade de integração desse processo por meio de tecnologia de informação, o foco da competição global. A ordem passou a se desenvolver mais rápido, mais eficientemente e mais efetivamente.

A sociedade atual está vivendo um momento diferenciado adquirido na sua evolução a partir da quebra de paradigmas, de inovações sociais, institucionais, políticos e econômico que evidenciam que a informação e o conhecimento são responsáveis por um novo e estratégico papel (LASTRES e ALBAGH, 1999).

O crescimento do país é necessário em todos os sentidos, da infraestrutura ao domínio tecnológico, de suas atividades administrativas a manutenção de seu complexo industrial. A economia para alcançar o nível de competitividade precisa desenvolver novas formas de produzir e comercializar constantemente, além de promover, estimular e financiar todos os formatos de desenvolvimento inovativo e de cooperação em ciência e tecnologia no seu parque industrial.

A criação de novos mercados, bem como a integração de países vizinhos se faz necessário, para promover o maior intercambio cooperativo, para estimularem o

desenvolvimento em todos os setores, utilizando para isso ações governamentais que possam instigar e financiar o desenvolvimento.

Existem estruturas bem definidas para essas questões no Brasil, como o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), que foi criado pelo Decreto 91.146, em 15 de março de 1985 e tem como competências os assuntos ligados a política nacional de pesquisa científica, tecnológica e inovação; planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades da ciência e tecnologia; política de desenvolvimento de informática e automação; política nacional de biossegurança; política espacial; política nuclear e controle da exportação de bens e serviços sensíveis.

No Brasil ainda existem os fundos setoriais de ciência e tecnologia que são instrumentos de políticas públicas do governo brasileiro para o incentivo da inovação e do desenvolvimento tecnológico.

A transformação no mundo atual está caracterizada em grande parte pela revolução tecnológica e informacional. Estas mudanças vêm causando fortes impactos sobre a economia, a sociedade, as políticas e as organizações (CASTELLS, 1999).

A inovação é a busca do novo, da descoberta, na ampliação e experimentação das possibilidades e estabelecimento de novas formas organizacionais (DOSI, 1988).

A necessidade social pode solicitar uma inovação e as inovações podem criar mudanças sociais e a subsequente mudança social pode trazer mudanças adicionais reagir sobre as estruturas e ou funções alteradas que as fizeram existir ou influenciam outros aspectos da organização.

Em uma visão social mais ampla, percebe-se que a sociedade necessita de modos alternativos de vida para que o seu cidadão tenha capacidade de viver de forma digna. Uma das formas naturais para se manter essa situação é o emprego formal que está inteiramente ligado à estrutura econômica do país. Segundo Guedes (1998, p.169) “esta afirmação é significativa para enfatizar a importância da atualização ou do retrocesso frente às inovações tecnológicas como fato gerador da

qualidade do emprego, sobretudo nas fases marcadas pelo impacto de mudanças na base técnica que redefinem as formas de uso do trabalho”.

De acordo com os autores em tela destacados na bibliografia deste trabalho não se podem negar os impactos da inovação sobre a dinâmica concorrencial nas empresas e na economia, evidenciando assim, a importância de seu estudo, além da institucionalidade de órgãos responsáveis pela difusão e viabilidade de uma cultura voltada para a inovação, ciência e tecnologia.

Esta pesquisa pretende analisar em que medida a formação dos APLs e das políticas formuladas e dirigidas para que esta tecnologia de formação de grupos empresariais alinhados aos processos inovativos são ações permanentes, considerando que as pequenas empresas precisam inovar para sobreviver em nichos de ou se articulando aos grandes grupos.

1 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS - APLs

Dentre os variados conceitos sobre APLs destaca-se o que evidencia estes arranjos como aglomerações de agentes econômicos do mesmo setor, principalmente as micro, pequenas e médias empresas de determinada região com produção especializada, constituídos por intermédio de manifestações espontâneas, organizadas pelos atores locais, que trabalham em rede e surge em torno de um ponto onde se forma um núcleo produtivo, em virtude de existência de fonte de matérias-primas, presença de fornecedores, disponibilidade de recursos naturais, proximidade de mercados, presença de universidades e centros de pesquisa, bifurcações causadas por estratégias de sobrevivência de pequenos produtores submetidos à grande produção agrícola, entre outras características. (AMARAL FILHO, 2002).

A lógica do apoio aos APLs parte do pressuposto de que diferentes atores locais (empresários individuais, sindicatos, associações, entidades de capacitação, de educação, de crédito, de tecnologia, agências de desenvolvimento, entre outras)

podem mobilizar-se e, de forma coordenada, identificar suas demandas coletivas, por iniciativa própria ou por indução de entidades envolvidas com o segmento. A metodologia de atuação conjunta em APLs busca um acordo entre os atores locais para organizarem suas demandas em um plano de desenvolvimento único e, ao mesmo tempo, comprometê-los com as formas possíveis de solução, em prol do desenvolvimento do APL. (SEBRAE, 2004).

Os APLs são promotores de sinergia produtiva e considerados pelos pesquisadores e formuladores de políticas como uma nova forma de integração entre grupos de empresas que possuem interesses comuns. Estas empresas buscam promover pela união dos esforços coletivos um jogo de soma positiva num cenário de concorrência mais turbinada. Essas empresas trabalhando em rede buscam financiamentos, formam grupos de compras e consórcios de exportação promovendo uma sinergia entre seus esforços, trazendo ganhos para todos. Para a formação da mão-de-obra o grupo conta com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), de universidades locais e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

As universidades e os centros de tecnologia têm desempenhado importante papel nas suas tarefas de ensino, formação e qualificação de pessoal e apoio ao acesso a serviços especializados, mas ainda não se observa com efetividade relações de cooperação para desenvolvimento conjunto de tecnologias de produtos e formas de gestão.

A evolução dos APLs tem um extenso caminho e os primeiros estudos pertinentes ao assunto foram feitos a partir das observações dos distritos industriais na Grã-Bretanha, no final do século XIX, onde se constatou que a presença concentrada de firmas em uma mesma região poderia prover ao conjunto dos produtores, vantagens competitivas que não seriam verificadas se eles estivessem trabalhando de forma isolada.

2 ARRANJO PRODUTIVO LOCAL E SUSTENTABILIDADE

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente, sem comprometer as demandas das gerações futuras, visando promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987).

Freitas (2010, p.37) evidencia que “o desenvolvimento sustentável surge em contraposição ao desenvolvimento econômico que promoveu desigualdades e deterioração do meio ambiente”. Nessa perspectiva, com a necessidade de preservação dos recursos naturais do planeta e da própria manutenção da vida, fica evidente a necessidade de se buscar novos meios e organizações para que se possa manter o equilíbrio ecológico.

Uma das formas de se alcançar o desenvolvimento sustentável, com conservação, proteção e uso sustentável dos recursos naturais é apoiá-lo por meio de modelos de desenvolvimento urbano, regional, rural ou local, compatíveis com os critérios de sustentabilidade. Com isso, o centro de desenvolvimento sustentável não passa a ser a natureza em si mesma, e sim o ser humano e sua relação e integração com ela. (PERICO, 2011, p.55)

Ao se tratar deste tema o foco fica direcionado para a questão de como produzir em detrimento da questão de que e para quem. (SILVA ; MENDES, 2005). Todos os esforços devem convergir com base nessa premissa, evidenciando que para existir desenvolvimento sustentável é preciso que haja mudança do padrão tecnológico atual em direção a padrões que agridem menos ao meio ambiente, evidenciando a qualidade, a redução do uso de matérias primas, produtos, o aumento da reutilização e da reciclagem, com uma consciência social voltada para a conservação, com políticas públicas conscientes, com empresas trabalhando com segurança, em condições adequadas de saúde seguindo a legislação ambiental, em dia com as suas obrigações trabalhistas e pagando os impostos devidos, que em tese devem ser revertidos em melhorias para a sociedade.

O desenvolvimento territorial sustentável é uma nova perspectiva de desenvolvimento, com base no tripé: viabilidade econômica, justiça social e prudência ecológica, que permite com isso o tratamento de problemas particulares com soluções que sejam específicas e inovadoras, pois considera os dados ecológicos, culturais e as necessidades a curto, médio e longo prazo (SACHS, 2007). Estas palavras estão ancoradas na declaração de Política de 2002, da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável.

Para o desenvolvimento territorial sustentável, o APL é um modelo que contém a participação e a interação de diversas empresas, associações, bem como de organizações públicas e privadas volvidas para a formação e capacitação de recursos humanos envolvendo a pesquisa, o desenvolvimento e engenharia, bem como a política, a promoção e o financiamento.

A promoção do desenvolvimento sustentável segundo autores em tela e na visão de Assis (2012) seria por três vertentes que já se estabeleceram desde Estocolmo até o Rio 92, sendo que o mais conveniente seria a ação conjunta.

Existe a versão onde o Estado é o principal agente na promoção do desenvolvimento sustentável, tendo em vista que a qualidade ambiental é um bem público e requer ação normativa reguladora e promotora do Estado, exigindo-se mecanismos de comando e controle.

A vertente comunitária onde as organizações sociais de base são os principais agentes na promoção do desenvolvimento sustentável e desconfiam do Estado e do mercado como alocadores de recursos, e ambos deveriam estar subordinados a sociedade civil.

A abordagem do mercado que é um enfoque predominante, em que a lógica dos mecanismos de mercado é suficientemente eficiente para se alcançar a alocação ótima de recursos, requerendo apenas aparelhamentos estatais reguladores e atuação educativa das Organizações não Governamentais, ONG(s), mantendo-se Estado e ONG(s) subordinada ao mercado.

A dinâmica do APL é conveniente para o desenvolvimento local sustentável, onde a questão sócio ambiental é de extrema importância para a sustentabilidade,

para a conservação e para a continuidade empresarial e vai além do cumprimento da legislação ambiental, tomando sentido real na mudança de comportamento dos atores envolvidos no processo, evidenciando uma cultura diferenciada, que aos poucos vai se integrando ao cotidiano das pessoas envolvidas e com o apoio da mídia pode-se tornar uma consciência universal.

A melhoria sócio ambiental vem seguida da crescente demanda de consumidores por produtos sustentáveis e a pressão dos ambientalistas, apoiada pela mídia, já evidencia uma mudança no setor, como no agrícola, onde a evidenciação dos produtos orgânicos, vem sendo direcionada pela sua importância e no setor de madeira, onde a cobrança internacional já está sendo sentida pelo setor a partir das exigências de certificações para a exportação do produto.

Nos APLs para se concretizar a sustentabilidade e a preservação é importante que exista uma governança que integre os atores e facilite a interação entre eles de forma que o comportamento voltado para a sustentabilidade seja difundido entre os indivíduos e o coletivo. Este processo se desenvolve de acordo com a dinâmica de cada arranjo, sendo que esta pode ajudar o conjunto de empresas a melhorar seus padrões sócios ambientais através da busca e da integralização de inovações ou ações coletivas que tenham como objetivo a melhoria de cada unidade produtiva e do conjunto.

A economia de aglomerações e eficiência coletiva pode servir para criar mecanismos para o melhoramento sócio ambiental dos APLs, desde a economia de escala para o controle e tratamento dos efluentes de forma coletiva à conservação diversa no ambiente agro industrial. Com isso percebe-se que para a sobrevivência do arranjo é fundamental uma política de inovação e capacitação para se conseguir as melhores práticas e ações de forma a se alcançar a eficácia ambiental.

Com uma governança bem trabalhada o APL através de suas lideranças pode aproveitar toda a sua sinergia em rede com potencial para a geração de inovações tecnológicas, tendo em vista que os arranjos são formados por uma gama de empresas de mesmo setor e com as mesmas necessidades e preocupações, podendo contribuir com soluções inovadoras desde o controle de gastos gerais, ao

reaproveitamento de água e resíduos, onde este conhecimento precisa ser difundido nas redes de forma a beneficiar o individual e o coletivo.

Em caso de necessidades de melhoramento para o arranjo a contratação de empresas de assessoramentos é fundamental, bem como o próprio arranjo ao longo do tempo pode se transformar num gerador de tecnologia e de serviços de consultoria, de gestão, dentre outros que foram aprimorados internamente no grupo.

Outro fator de grande importância nos APLs para a sociedade está no ganho de escala das ações governamentais, pois as ações estarão direcionadas sobre várias empresas ao mesmo tempo e não individualmente.

Existem diversos fatores que precisam ser trabalhados nos APLs, pela governança, como mudanças de conceitos e integração de valores, para que haja maior comprometimento dos atores, uma busca de soluções para o individual e o coletivo, desenvolvimento de uma equipe a fim de minimizar os impactos e os riscos de investimentos coletivos e diminuir as resistências internas no caso de cumprimento de legislação.

No contexto percebe-se que os benefícios dos APLs são diversos e podem contribuir para o efetivo controle e sustentabilidade sócio ambiental, a partir do maior acesso a informação, tendo em vista uma ampla estrutura em rede.

Com este tecido, possui uma grande capacidade de influenciar decisões em esferas fora do ambiente controlado pelas empresas, como por exemplo, as decisões governamentais, tendo em vista que se trabalha no conjunto com uma grande representatividade.

Possui uma grande vantagem competitiva relacionada aos aspectos geográficos e as interligações empresariais que favorecem compras e vendas em conjunto, com a otimização dos recursos e possibilidade de economia de custos, promovendo uma melhoria da imagem perante a mídia e sociedade.

Para que se possa efetivar um desempenho diferenciado nos aspectos sócio econômicos é fundamental a utilização de indicadores de prática de gestão, os estudos dos impactos ambientais, de utilização territorial, de saúde, segurança, o

uso de recursos naturais bem definidos como água, energia, qualidade do ar, níveis de barulho, dentre outros e o impacto visual.

É importante ainda o emprego de indicadores sociais como quantidade de empregos locais, programas educacionais, as políticas de gestão pública social, conservação da cultura regional, o sistema de satisfação da comunidade e a melhoria de infraestrutura.

Aliados a estes deve-se ainda evidenciar através de indicadores econômicos aspectos relacionados à geração de novos empregos, os fornecedores locais que utilizam práticas sustentáveis e a criação de redes de negócios.

Os arranjos que trabalham com exportação sentem um maior impacto tendo em vista que o “mercado externo é mais exigente do que o nacional nas questões ambientais e tem investido na melhoria dos padrões ambientais para exportação”. (ABDALLA et al, 2009, p.126).

Abdalla ainda evidencia que a certificação de origem de matéria prima (Forest Stewardship Council - FSC, ou outras) é mais importante do que a certificação do sistema de gestão ambiental (International Organization for standardization – ISO 14001, ou outras).

Um aspecto interessante evidenciado por Abdalla (2009b) é que as exigências ambientais fortemente cobradas pelos clientes internacionais são superiores aos nacionais e que os únicos órgãos que se aproximam das exigências dos clientes internacionais são os órgãos ambientais dos governos estaduais.

Percebe-se na literatura que o sucesso econômico dos APLs está relacionado à sua eficiência coletiva desde os ganhos obtidos até os benefícios conseguidos pelo grupo de empresas com a colaboração dos agentes econômicos e governamentais.

Este tipo de arranjo permite a implantação conjunta de ações ambientais que possibilitem um diferencial produtivo, de sustentabilidade e uma visão diferenciada pela mídia, que pode ser feita no conjunto de forma a permitir uma maior economia de custos e uma maior proteção para o conjunto de empresas e para a sustentabilidade.

Abdalla (2009, p. 201) evidencia algumas ações implantadas em uma empresa analisada, que são importantes para o direcionamento de arranjos e para sua sustentabilidade e que são listadas como: i) Obtenção de licenciamento ambiental; ii) Elaboração de plano de risco ambiental; iii) Implantação de programa de prevenção de acidentes; iv) Troca de equipamentos para reduzir o nível de poluição; v) Coleta e destinação de óleo de máquina; vi) Implantação de coleta seletiva; vii) Obtenção de certificado de qualidade; viii) Obtenção de certificado ISO 14001; ix) Implantação de um sistema de gestão ambiental; x) Realização de auditoria ambiental interna; xi) Realização de auditoria ambiental externa; xii) Implantação de programa de educação ambiental para os funcionários; xiii) Plano de otimização do uso de energia elétrica; xiv) Plano de redução do consumo de água. Pode-se ainda acrescentar outros, como tratamento de efluentes e demais que sejam pertinentes ao arranjo em questão.

Estas ações são prioritárias para o desenvolvimento sustentável do arranjo bem como medidas sócio educativas necessárias para o melhoramento do conjunto, bem como cursos de capacitação que proporcionem a melhoria do tecido social de forma a integralização de valores socioambientais dos agentes envolvidos em toda a sua cadeia, de maneira que a mudança de comportamento permitida com a melhoria das capacidades individuais e coletivas possam ser transformadas em ações que possibilitem o amadurecimento e a melhoria do conjunto, buscando desde a inovação local até políticas públicas que permitam o desenvolvimento sustentável dos APLs em todos os aspectos do curto ao longo prazo.

Verifica-se que existem empresas em seus arranjos que identificam necessidades e introduzem práticas de gestão socioambiental em seus processos e que esses procedimentos de aprendizagem acontecem de várias formas e por diversas razões e que ao longo do tempo irão formando um novo tecido social e empresarial que impactarão decisões futuras e melhorias de qualidade de vida do planeta.

3 DESAFIOS PARA O PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O maior desafio continua sendo a construção de modelos eficazes de articulação das políticas públicas e a inserção competitiva com diversificação das economias regionais, explorando suas vantagens comparativas. As mudanças demográficas e econômicas têm levado à tendência à diversificação das economias rurais. Isto é importante, pois permite a essas regiões a compensação da perda de postos de trabalho na atividade agrícola. Estimular essa diversificação e orientá-la no aproveitamento de novos mercados ou na promoção de novas formas de uso social dos recursos naturais é crucial para um futuro sustentável. (TIBURCIO, 2010, p.38).

Percebe-se que a evolução do planejamento territorial é a relacionada com os arranjos produtivos locais que teve uma grande difusão e envolveu as mais diferentes instituições, tanto públicas quanto privadas, e não governamentais. Neste caso, as ideias centrais residem na inovação dos processos de produção e na articulação dos atores (produtivos e institucionais) locais de forma coletiva a partir de uma visão sistêmica da atividade econômica.

O ponto de partida para a adoção dessa forma de abordagem está no reconhecimento das mudanças ocorridas no cenário mundial, caracterizado por uma intensa globalização e competitividade, o que induz à necessidade de estabelecer um novo modelo de desenvolvimento, no qual os arranjos produtivos locais podem se constituir uma alternativa viável e eficaz para o desenvolvimento econômico e social (TIBURCIO, 2010, p.65).

Quando se verifica a seriedade dos APLs no desenvolvimento local, regional e nacional, observa-se a importância de um processo de planejamento e de políticas públicas que busquem o consenso em torno de uma solução que satisfaça aos anseios da sociedade. No caso de arranjos isso é mais facilmente obtido, pois se abordam questões pontuais e locais.

Os desafios são grandes, pois existem diversos atores envolvidos nos processos organizacionais, institucionais ou individuais, privados ou públicos, cada

um defendendo interesses pessoais ou organizacionais e até mesmo usando sua posição organizacional para favorecer ambições individuais e de suas coletividades.

O consenso é fundamental devendo caminhar para a cooperação universal onde todos os atores possam ser solidários e ter o entendimento de que ganham com uma solução conjunta.

É importante a formulação das alternativas diante das preferências dos atores, que irão manifestar os seus interesses. Nesse processo os diversos atores entram em confronto, constroem suas alianças visando decisões favoráveis às suas preferências.

A prática evidencia que cada um deles procurará mobilizar seus recursos de poder e pressionar os tomadores de decisão através de sua influência, capacidade de afetar o funcionamento do sistema, argumentos de persuasão, votos, organização, dentre outras.

Este é um ponto de tensão em negociações, pois por mais adequada que seja a fundamentação técnica de uma alternativa, a decisão envolve relações de poder. Por isso, uma solução tecnicamente perfeita pode se revelar politicamente inviável, e vice-versa, o que significa dizer que não existem soluções perfeitas.

Outro ponto fundamental e delicado é a implementação do conjunto de decisões e ações realizadas direcionadas para a consecução de objetivos estabelecidos mediante decisões anteriores sobre uma determinada política pública.

O fazer acontecer é um longo caminho evidenciado pelas ações que possibilitem as políticas teóricas se transformem em práticas cotidianas visando ações efetivas, pois envolve os mais diversos aspectos do processo administrativo e tem um longo caminho a percorrer, iniciando na provisão de recursos no orçamento, formação de equipes, elaboração de minutas de projeto de lei autorizando realização de concurso para contratação de servidores, elaboração de editais para aquisição de bens ou contratação de serviços.

O caminho se torna mais complexo se a política envolver os níveis de governo municipal, estadual e federal, pois será preciso realizar reuniões para decidir e pactuar as responsabilidades de cada uma das partes. Este é um trabalho

árduo, pois é necessário firmar protocolos de cooperação, estabelecer os mecanismos de transferência de recursos entre instâncias governamentais.

4 POLÍTICAS PARA OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS - APLS

Percebe-se as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico com difusão nos enfoques em sistemas APL tem atraído as atenções de diversos países, agências internacionais e diversos profissionais que estão preocupados com a dinâmica do desenvolvimento industrial e tecnológico, pois o aproveitamento das sinergias coletivas geradas pela participação em aglomerações produtivas locais efetivamente fortalece as chances de sobrevivência e crescimento das empresas e, para que essas se desenvolvam e se sustentem, é necessário um cenário de cooperação e de competitividade bastante intenso. (CASSIOLATO; LASTRES; MACIEL, 2003)

Percebe-se que o apoio aos APLs é fruto de uma nova percepção de políticas públicas de desenvolvimento, em que o local passa a ser visto como um eixo orientador de promoção econômica e social. Seu objetivo é orientar e coordenar os esforços governamentais na indução do desenvolvimento local, buscando-se, em consonância com as diretrizes estratégicas do governo, a geração de emprego e renda e o estímulo às exportações.

Na praticidade do cotidiano as formações de APLs têm proporcionado contribuições valiosas à economia nos diversos setores regionais e vem trazendo consigo não só a noção de sobrevivência e desenvolvimento, mas a interiorização de conceitos importantíssimos como união, integração, cooperação e força conjunta que se traduzem em relações maduras que proporcionam solidez nas relações econômicas, pela criação ou manutenção de mão de obra especializada, pelo aproveitamento da infraestrutura de fornecedores e das instituições especializadas e em comum a necessidade de sobrevivência como fator fundamental de colocação no mercado. Essas empresas necessitam de apoio e de políticas que sejam

incentivadoras para que possam se desenvolver e proporcionarem ganhos sociais significativos para a sociedade.

Apesar da vantagem proporcionada pelos arranjos, e pela maior integração dos atores envolvidos, de suas capacidades de ultrapassar obstáculos, de se adaptarem e se readaptarem a novas situações a partir da flexibilização de sua estrutura, é essencial à integração através de medidas específicas de políticas públicas de incentivo e proteção para que se possa materializar as eficiências coletivas e os ganhos sociais.

Alianças locais e territoriais são fundamentais para o incentivo e desenvolvimento dos APLs, bem como políticas de infraestrutura necessária para o suporte e crescimento do arranjo. Apoio ao ensino e treinamento de mão de obra, que é fundamental para o direcionamento consciente dos trabalhadores no desenvolvimento local. A criação e fortalecimento de centros de pesquisas ligados às áreas de atuação, o financiamento de atividades cooperativas e investimentos públicos que proporcionem externalidades para os arranjos, apoio na interlocução e mediação entre os agentes e como catalisador das entidades empresariais que proporcionem investimentos locais e regionais.

Existem os ganhos naturais que são advindos das trocas de informações entre os atores que favorecem a existência de infraestruturas que consolidam a identidade sociocultural do arranjo, mas é necessário para que se possam materializar situações de resultados econômicos e sociais a necessidade de mecanismos que promovam e permitam a sustentabilidade das localidades.

Com o advento da constituição de 1988 e a própria mídia solicitando a participação popular e a organização de entidades não governamentais pelo país, veio a tona a necessidade de articulação e coordenação dos atores sociais, através de políticas e programas que integrem a sociedade nos níveis municipais, estaduais e federais de forma que se possa atingir o desenvolvimento sustentável local e regional.

Uma das medidas que proporcionou um novo direcionador para o desenvolvimento e fortalecimento dos APLs foi a criação do Programa de

Cooperação Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento Regional, através da Portaria MCT nº 530, de 27.08.2002.

O direcionador governamental, as medidas de incentivo no âmbito local, estadual e federal possibilitam reduzir as incertezas nas relações existentes criando uma atmosfera propícia às interações entre os diversos atores e a sociedade de forma a promover o desenvolvimento, aumentar a eficiência dos processos, contribuir com novos processos construídos pelas novas interações em cadeia na rede de relacionamentos e permitir a distribuição intelectual e da própria produção na cadeia logística do país.

A preocupação sobre o assunto evidenciou o Seminário Internacional Brasil – União Europeia: Inovação em Arranjos Produtivos Locais em 01/07/2010, que objetivou promover, com base no intercâmbio e cooperação com a União Europeia, o desenvolvimento regional brasileiro, por intermédio da introdução e/ou fortalecimento de processos de inovação em APLs do país.

Com a instituição do Grupo de Trabalho Permanente (GTP APL), coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), percebe-se um maior desenvolvimento no país com ações de incentivo e consolidação de APLs. Com a parceria com o Ministério da Integração (MI), o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e a Diretoria Geral de Políticas Regionais da Comissão Europeia (DGREGIO), ficou estabelecido um diálogo estruturado sobre Política Regional, com o estabelecimento de canais de comunicação para o intercâmbio de informações.

Devido à necessidade de articular as ações governamentais com vistas à adoção de apoio integrado a arranjos produtivos locais, foi instituído, em agosto de 2004, pela Portaria Interministerial nº 200, de 02/08/2004, o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais, GTP APL, envolvendo 23 instituições governamentais e não governamentais. Em outubro de 2005, foram integradas mais 10 instituições (Portaria Interministerial nº 331, de 24/10/2005), totalizando as 33 que atualmente constituem o grupo. Posteriormente foram alterados alguns de seus representantes por meio de portarias do MDIC, são elas: nº 187, de 31/10/2006; nº

106, de 28/04/2008; e nº 133, de 16/06/2010. Em 2011, novos nomes foram inseridos, conforme Portaria Ministerial nº 167, de 29 de junho de 2011.

Sua coordenação é realizada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIV), por meio da Coordenação Geral de Arranjos Produtivos Locais, órgão do Departamento de Competitividade Industrial do próprio ministério. Esta se constitui, também, como Secretaria Técnica do GTP APL. (MDIC, 2011).

O GTP elaborou um termo de referência (TR) para a política de apoio ao desenvolvimento de APLs, que inclui as variáveis que determinam a existência de um arranjo, as regras de atuação e a macro estratégia integrada. Pelo Termo de Referência (TR), um APL deve possuir um número significativo de empreendimentos e indivíduos no território; atuar em torno de uma mesma atividade produtiva predominante em que compartilhem formas de cooperação e algum mecanismo de governança, podendo incluir pequenas, médias e grandes empresas (MDIC, 2005).

O Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais junto com as instituições participantes do Grupo apresentaram um conjunto de ações que vêm sendo desenvolvidas e implementadas junto aos Arranjos Produtivos Locais identificados no levantamento dos APLs no País.

Foi publicado um Manual de Apoio os Arranjos Produtivos Locais que divulgam as essas ações, organizando os diferentes instrumentos de apoio por eixos, bem como apresenta algumas experiências exitosas do período.

Este manual se torna referencia no assunto e apresenta na primeira seção:

1 – Arranjos Produtivos Locais – apresenta a estratégia de atuação das políticas públicas dirigidas aos APLs, que conduziram a uma metodologia específica e à proposta de estruturação de instrumentos e ações em 05 (cinco) eixos estruturantes (áreas de atuação), quais sejam: i) Investimento e Financiamento, a fim de suportar o processo de especialização produtiva localizada; ii) Governança e Cooperação, para consolidar as relações interfirmas; iii) Tecnologia e Inovação, para promoção da capacidade tecnológica endógena; iv) Formação e Capacitação, na construção de capital humano diferenciado nos APLs; e, v) Acesso aos Mercados Nacional e Internacional, para sustentabilidade do arranjo produtivo.

Na seção 2, as ações são apresentadas em Fichas de Apresentação de Ações que envolvem a discriminação dos seguintes itens: Tipo de Recurso, Órgão Responsável, Características, Beneficiários, Área de Abrangência, Projetos Enquadráveis, Requisitos, Contato e APLs Atendidos. GTPAPL (2012).

O GTP APL possui a atribuição de elaborar e propor diretrizes gerais para a atuação coordenada do governo no apoio a arranjos produtivos locais em todo o território nacional. É com o objetivo de fortalecer esse intercâmbio, foi realizado um seminário seguido de visitas técnicas em APLs brasileiros, onde foi aprofundado o debate em relação à experiência da União Europeia na formulação de políticas públicas voltadas ao incremento da competitividade dos empreendimentos por meio da inovação.

Este evento, seguido de visitas técnicas, foi a 2ª fase do projeto “Estímulo à Inovação em Arranjos Produtivos Locais”. A sua 1ª fase foi a “Missão Técnica a países da União Europeia”, realizada de 1º a 15 de maio de 2010, nos países: Irlanda, Inglaterra, Itália e Espanha. O objetivo da missão foi conhecer a experiência europeia na elaboração de políticas públicas de fomento à competitividade das empresas de pequeno e médio porte por meio da inovação (MCT, 2011).

Outro ponto fundamental é o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) para fortalecer os APLs, onde foi enfatizado que o banco pretende se comprometer pesadamente com os projetos apresentados pela iniciativa privada. "O BNDES quer fortalecer os arranjos produtivos para criar estruturas socioeconômicas resistentes e capazes de dar manutenção à ideia da soberania nacional". A afirmação é do então presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e foi dirigida a representantes do setor industrial pernambucano, durante seminário sobre Arranjos Produtivos Locais (APL). O encontro, resultado de parceria do BNDES com a Confederação Nacional da Indústria (CNI). (MCT, 2011).

A relevância do assunto se traduziu em ações de discussão nacional realizadas nas seguintes conferências nacionais sobre APL:

- 1ª Conferência: Panorama e desafios para a construção de políticas públicas. 02 a 04 de agosto de 2004.

- 2ª Conferência: Financiamento, acesso e gestão de recursos nos APLs. 12 a 14 de setembro de 2005.
- 3ª Conferência: APLs como estratégias de desenvolvimento. 27 a 29 de novembro de 2007.
- 4ª Conferência: APLs: Inovação, desenvolvimento e sustentabilidade – novas formas de olhar o espaço produtivo. 27 a 29 de outubro de 2009.
- 5ª Conferência: Competitividade e sustentabilidade. 08 a 10 de novembro de 2011.

O assunto discutido na 5ª Conferência foi pertinente ao momento histórico nacional e trouxe uma oportunidade de discussão e incentivo do espaço produtivo, em especial no que tange ao “desenvolvimento sustentado”, à inovação constante, à facilitação da atividade empreendedora e a geração de oportunidades de negócio. Sendo acompanhada diretamente pela Presidência da República a 5ª CB APL atraiu um público muito maior do que o da última edição, fato que possibilitou a evidência do tema APLs no contexto nacional, com uma troca muito rica e de diversas experiências, aproveitando-se do conhecimento acumulado até o presente momento.

Houve a participação de empresários e representantes de associações de classe empresariais, governanças e gestores de APLs, Governo Federal e Governos Estaduais, gestores técnicos governamentais, agentes financeiros, parceiros dos Núcleos Estaduais de Apoio aos APLs, acadêmicos e parlamentares.

Por meio de painéis, mesas redondas e apresentação de experiências locais, os participantes tiveram a oportunidade de conhecer a realidade e a diversidade dos APLs brasileiros, os principais desafios enfrentados e as soluções propostas na busca por resultados mais eficazes e sustentáveis. (MCT, 2012).

Foi passado para os participantes que os APLs no país mostram diferenças marcantes, iniciando em suas origens, nos setores de atividades, nas fases de amadurecimento, em suas formas de articulação, entre atores envolvidos e em suas características hierárquicas. Com relações complexas em suas intensidades e nas

formas de cooperação existentes. Diante da necessidade surge o Plano Brasil Maior e a convergências das políticas públicas de desenvolvimento 2011 a 2014.

O Plano Brasil Maior é a política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo Dilma Rousseff, que surge em um contexto conturbado da economia mundial, envolvendo os países desenvolvidos mergulhados numa crise e os países emergentes, liderados pelo crescimento chinês, que tem garantido o crescimento mundial.

O desafio do Plano Brasil Maior pretende: i) sustentar o crescimento econômico inclusivo num contexto econômico adverso; ii) sair da crise internacional em melhor posição do que entrou, o que resultaria numa mudança estrutural da inserção do país na economia mundial. Diante deste desafio, o Plano tem como foco a inovação e o adensamento produtivo do parque industrial brasileiro, objetivando ganhos sustentados da produtividade do trabalho.

O Governo acredita que a estabilidade monetária, a retomada do investimento e crescimento, a recuperação do emprego, os ganhos reais dos salários e a drástica redução da pobreza criaram condições favoráveis para o país dar passos mais ousados em sua trajetória rumo a um estágio superior de desenvolvimento.

O plano pretende adotar medidas importantes de desoneração dos investimentos e das exportações para iniciar o enfrentamento da apreciação cambial, de avanço do crédito e aperfeiçoamento do marco regulatório da inovação, de fortalecimento da defesa comercial e ampliação de incentivos fiscais e facilitação de financiamentos para agregação de valor nacional e competitividade das cadeias produtivas.

O país vai mobilizar suas forças produtivas para inovar, competir e crescer. O mercado grande e pujante, o poder de compras públicas criado pelas políticas inclusivas, a extensa fronteira de recursos energéticos a ser explorada, a força de trabalho jovem e criatividade empresarial constituem trunfos institucionais, de recursos naturais e sociais formidáveis para desenvolver um Brasil Maior. (MDIC, 2012b)

O plano apresenta uma etapa estadual, com Seminários inovar para competir e competir para crescer que serão realizados de outubro de 2012 a junho 2013. Apresentará uma etapa macrorregional, com seminários que serão realizados de agosto a outubro 2013. O circuito de fechamento da etapa nacional da proposta de operacionalização será na 6ª Conferência nacional sobre APL em novembro de 2013 (MDIC, 2012b).

Essa complexidade situações evidencia não só a preocupação do governo com o programa de desenvolvimento nacional e a necessidade de políticas públicas direcionadas, pois cada situação tem o seu caráter particular e necessidades diversificadas, na 5ª CB de APLs cada um apresentou a sua massa crítica de empreendimentos e capacitação específica, evidenciando que nasceram e evoluíram de circunstâncias que geraram a sua promoção.

Neste contexto nacional abrem-se as portas para um novo cenário envolvendo políticas públicas com um desafio de incorporar atores locais na concepção e sustentação do processo de desenvolvimento fortalecendo a sua autonomia e incentivando a produzirem um projeto estratégico de desenvolvimento regional e de inserção cooperativa e interdependente.

Este processo gera uma eficiência coletiva no contexto estruturado que pode ser visualizado no seu próprio conceito, onde arranjos produtivos são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como, governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. (SEBRAE, 2000).

Os conceitos e a própria prática de APLs enfatizam que “a interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local” (CASSIOLATO E LASTRES, 2003, p. 5), colocando em pauta que a informação e conhecimento são elementos cruciais no conhecimento da economia, e a evolução da tecnologia

determinou em grande parte a capacidade produtiva da sociedade e os padrões de vida, bem como formas sociais de organização econômica.

A articulação do desenvolvimento local, portanto, necessita do surgimento e fortalecimento de atores inscritos em seus territórios e com capacidade de iniciativa e propostas socioeconômicas que promovam as potencialidades locais, apostando em uma melhoria integral da qualidade de vida da população (MARSIGLIA, 1996, p.75).

O tema Políticas públicas para APLs é de suma importância para o desenvolvimento social sustentável e para a própria segurança nacional, o que envolve as esferas governamentais nacionais e internacionais a discutirem o assunto e se posicionarem de maneira pró ativa para o desenvolvimento das questões relacionadas e para a formulação de critérios para políticas públicas para APLs.

A resposta a esse desiderato na visão prática e acadêmica seria o critério de eficiência para as ações, no sentido de gerar melhorias significativas na capacidade produtiva da comunidade local, levando-se em conta que os APLs além das ações privadas originárias de seus atores locais, necessitam de iniciativas públicas como elemento de catalise, sendo um fator estimulante para o desenvolvimento dos processos locais promovendo a competitividade e a sustentabilidade dos empreendimentos no território onde o APL está inserido.

CONCLUSÃO

Este trabalho procurou apresentar algumas abordagens sobre os APLs, bem como as suas características e afinidades que potencializam um desenvolvimento econômico.

Constatou-se que existe uma preocupação por parte do governo brasileiro com relação aos arranjos, cuja estratégia de apoio fica evidenciadas nas políticas de

fomento a pequenas e médias empresas, pois estas medidas no conjunto de empresas envolvidas são mais efetivas e verifica-se que existe uma evolução das políticas públicas para o setor a partir da criação do GTP APL, evidenciando a seriedade e a busca de soluções inovadoras para a consolidação dos APLs no Brasil.

Percebeu-se que os APLs são importantes fontes de desenvolvimento e são geradores de vantagens competitivas, principalmente quando estas são construídas a partir do enraizamento de capacidades produtivas e inovativas e do incremento do capital social oriundo da integração dos atores locais.

O trabalho objetivou que a identificação e o apoio governamental com adoção de ações integradas de políticas públicas para APLs fortalece a viabilidade para o desenvolvimento dos processos locais promovendo a competitividade e a sustentabilidade dos empreendimentos no território onde o APL está inserido.

Neste contexto fica evidenciada a importância da identificação, do apoio e do incentivo aos APLs para que se possa objetivar no país o desenvolvimento, a redução das desigualdades sociais e regionais, a inovação tecnológica para que se possa competir no mercado nacional e internacional, obter a expansão e a modernização da base produtiva, colocando o país no nível de igualdade com os países exportadores internacionais, aumentar o crescimento do nível de emprego e da renda da população.

Outro aspecto de interesse nacional seria a redução da taxa de mortalidade de micro e pequenas empresas, o aumento da escolaridade e da capacitação dos trabalhadores e da população em geral, o que certamente permitirá a ampliação da produtividade e competitividade e conseqüentemente o aumento das exportações.

São aspectos altamente relevantes e de fundamental importância e que normalmente estão presentes nos arranjos que evidenciam uma maior competitividade, sustentabilidade e um tipo de desenvolvimento inclusivo.

A partir de políticas sólidas para o desenvolvimento dos arranjos, pode-se obter a expansão e a modernização da base produtiva, criação de ocupações e

geração de renda e aproximar o país de patamares mais elevados de competitividade na economia internacional.

Esta pesquisa verificou que a formação dos APLs e as políticas públicas precisam ser evidenciadas e dirigidas para os APLs alinhados aos processos inovativos evidenciando a necessidade do entendimento e compreensão dos arranjos, das políticas necessárias para o seu desenvolvimento, manutenção e a melhoria do contexto social no país.

PUBLIC POLICIES FOR LOCAL PRODUCTIVE ARRANGEMENTS (APLs): a strategic vision

ABSTRACT

The proposed research is to describe and analyze the local productive arrangements (APLa) in Brazil and explain the importance of public policies for the sector, particularly involving environmental aspects discussed in 2012 in the agenda of the Rio +20 Conference, where the discussion of sustainability environmental shows a search for new means and targeted policies for economic and social development in a sustainable way, preserving environmental resources. Explain the importance of public policies and their effects on the territory in relation to policies for clusters in Brazil and how certain subnational entities (states and municipalities) is driving this issue in their actions in the short, medium and long term.

REFERÊNCIAS

- ABDALLA, José Jorge A. FEICHAS Susana A. Q. Atuação ambiental em distritos industriais: o caso do distrito industrial fazenda botafogo (RJ). In: **Pequenas empresas, arranjos produtivos locais e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- ABDALLA, José Jorge A; PUPIM DE OLIVEIRA, José Antonio, BOTELHO, Elaine, BOURGUINNON, Milber Fernandes M. Exigências ambientais em arranjos produtivos locais: o caso dos arranjos moveleiros em Bento Gonçalves e São Bento do sul. In: **Pequenas empresas, arranjos produtivos locais e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009b.
- Amaral Filho, J. do. É negócio ser pequeno, mas em grupo. In: CASTRO, A. C. (Org.). **Desenvolvimento em debate 3**: painéis do desenvolvimento brasileiro – II. Rio de Janeiro: BNDES, (2002).
- ASSIS, Renato Linhares de. Processo de Desenvolvimento, Sustentabilidade e Agricultura. **Notas de Aula**. PPGCTIA, UFRRJ. Junho de 2012
- BIOTECSUR. Plataforma de biotecnologias do MERCOSUL. Disponível em: <www.biotecsur.org> acesso em 26/09/2010
- BRITO, J. **Características dos clusters na economia brasileira**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, (2000).
- CASSIOLATO, José. E.; Lastres, Helena M.; Maciel, Maria L. (orgs.) O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- CASTELS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Pás e Terra, (1999).
- DOSI, Giovanni. “The nature of the innovative process”. In: DOSI Giovanni. et al. (eds.). **Technical Change and Economic Theory**. Pinter Publishers. London: 221-238, 1988.
- FREITAS, Alan Ferreira de. **Perspectivas em Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Vol. III; n. 6; p. 27-58; jul/dez 2010
- GUEDES, Cezar Augusto Miranda. **Qualidade no emprego e inovações tecnológicas**: o caso brasileiro. Recife: RECITEC, p.164-176, (1998).



GTPAPL. **Manual de Apoio Aos Arranjos Produtivos Locais. Grupo de Trabalho Permanente Para Arranjos Produtivo Locais.** Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1289326568.pdf>. Acesso em 05/10/2012.

LASTRES, Helena M. M. Albagli, Sarita. **Informação e globalização na era do conhecimento.** Rio de Janeiro: Editora Campus. (1999).

MARSIGLIA, Javier. Desenvolvimento e gestão local: temas e atores em um cenário de mudanças. In: BAVA, Silvio Caccia (Org.). **Desenvolvimento local.** São Paulo: Polis, n.25, p.63-74, (1996).

MARSIGLIA, J. Desenvolvimento e gestão local: temas e atores em um cenário de mudanças. In: BAVA, Silvio Caccia (Org.). **Desenvolvimento local.** São Paulo: Polis, n.25, 1996. p.63-74.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E DE COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Grupo de trabalho permanente.** Brasília: (2005).

MINISTÉRIO CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Políticas de desenvolvimento APL no Brasil. Disponível em <<http://www.mct.gov.br/index.php>> acesso em 15/07/2011.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais - GTP APL. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=2985>> Acesso em 04/08/2012.

PÉRICO, Rafael Echeverri. **Políticas de desenvolvimento rural territorial: desafios para construção de um marco jurídico-normativo.** Brasília: IICA, 2011.

PUPIM DE OLIVEIRA, José Antonio. **Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

RELATÓRIO BRUNDTLAND 1987. Disponível em: <http://www.tiosam.org/~Relat%C3%B3rio_Brundtland/>. Acesso em: julho 2012

PORTARIA MCT Nº 530, DE 27.08.2002. Institui Grupo de Gestão Compartilhada - GGC, do Programa de Cooperação Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento Regional, tendo como instituições integrantes o MCT, a FINEP e o CNPq.

PRESSER, Mário Ferreira. **Globalização e regionalização: notas sobre o Mercosul.** Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre: v. 23, n. 3, nov. (1995).



SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Cortez Editora, 2007.p 96.

SEBRAE. TERMO DE REFERÊNCIA PARA ATUAÇÃO DO SISTEMA SEBRAE EM ARRANJO PRODUTIVO LOCAL. Brasília: SEBRAE Nacional, (2000.)

SEBRAE. **Arranjos produtivos locais.** 2004. Disponível em: <[http://www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/ arranjosprodutivoslocais.asp](http://www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/arranjosprodutivoslocais.asp)>. Acesso em: 15 de julho 2012.

SILVA, Christian Luiz da. Desenvolvimento sustentável: um conceito multidisciplinar. In: _____;Mendes, Tadeu Grassi (Orgs.). **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável:** agentes e interações sobre a ótica multidisciplinar. Petrópolis, RJ. Vozes, 2005.

TIBURCIO, Breno. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil.** avanços e desafios. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Série desenvolvimento sustentável. Brasília: 2010.